



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2012 – SR/DPF/MS**  
**PROCESSO Nº 08350.001042/2012-30 – SR/DPF/MS**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETIVO**

**1.1.** O presente Pregão tem por objetivo a formação de registro de preços para aquisição de materiais de consumo específicos para utilização na manutenção predial da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, e Descentralizadas, por meio de licitação regida pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 5.450/2005, pelo Decreto nº 3.931/2001 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, através de Sistema de Registro de Preços.

**2 - OBJETO**

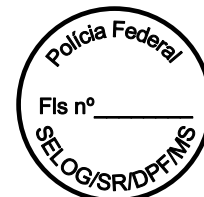
**2.1.** Aquisição de materiais de consumo, através de Sistema de Registro de Preços, específicos para atender a SR/DPF/MS e suas descentralizadas, conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência, para utilização na manutenção predial da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e Descentralizadas.

**2.2.** Material:

ITEM	NOME DO PRODUTO	VALOR TOTAL (TABELA SINAPI + 10%)
01	<b>MATERIAL BÁSICO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL</b> – conforme relação exemplificativa de materiais contida no Anexo I – A e especificações descritas no Anexo I-B deste Termo de Referência.	<b>R\$ 36.569,61</b>
02	<b>MATERIAL PARA COBERTURA METÁLICA</b> - conforme relação exemplificativa de materiais contida no Anexo I – A e especificações descritas no Anexo I-B deste Termo de Referência.	<b>R\$ 2.609,10</b>
03	<b>PISOS</b> - conforme relação exemplificativa de materiais contida no Anexo I – A especificações descritas no Anexo I-B deste Termo de Referência.	<b>R\$ 6.844,23</b>
04	<b>DIVISÓRIAS E FORROS</b> - conforme relação exemplificativa de materiais contida no Anexo I – A especificações descritas no Anexo I-B deste Termo de Referência.	<b>R\$ 10.490,40</b>
05	<b>MATERIAIS PARA VIDROS</b> - conforme relação exemplificativa de materiais contida no Anexo I – A especificações descritas no Anexo I-B deste Termo de Referência.	<b>R\$ 4.335,60</b>
06	<b>MATERIAIS ELÉTRICOS</b> - conforme relação exemplificativa de materiais contida no Anexo I – A especificações descritas no Anexo I-B deste Termo de Referência..	<b>R\$ 60.278,96</b>
07	<b>MATERIAIS HIDRÁULICOS</b> - conforme relação exemplificativa de materiais contida no Anexo I – A especificações descritas no Anexo I-B deste Termo de Referência..	<b>R\$ 34.330,15</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 155.458,05</b>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**



### **3 - JUSTIFICATIVA**

**3.1.** A contratação se dá em função da necessidade de suprir com materiais e suprimentos os serviços de manutenção predial, realizados de forma indireta por pessoal terceirizado, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção de fornecimento de material compromete a continuidade das atividades de manutenção. Devido à importância destes materiais e no intuito de sempre melhor atender aos pedidos de manutenção que surgem na Polícia Federal, faz-se necessária a contratação de empresas que os forneçam de forma parcelada, haja vista a impossibilidade de definir previamente o quantitativo demandado pela Administração.

**3.2.** Esta forma de contratação se coaduna com o disposto nos arts. 2º e 9º do Decreto 3931/2001:

*"Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:*

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de **contratações freqüentes**;*

*II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de **entregas parceladas** ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;*

*[...]*

*IV - quando pela natureza do objeto **não for possível definir previamente o quantitativo** a ser demandado pela Administração."*

*"Art. 9º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:*

*[...]*

*§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre **tabela de preços praticados no mercado**, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares."*

**3.3.** No item 4 são relacionados os materiais que, a princípio, podem ser utilizados pela Polícia Federal durante a vigência do registro de preços, portanto, meramente exemplificativa, estimando qualitativamente e quantitativamente os que poderão ser utilizados pela Administração. Diante disso, foram criados itens de acordo com o tipo de material, o que possibilitará uma maior concorrência entre os licitantes.

**3.4.** Tal providência se faz necessária a fim de determinar os preços de referência sobre os quais incidirão o desconto ofertado pelos licitantes.

### **4 - MATERIAIS E ESTIMATIVAS DE PREÇOS**

**4.1.** Os materiais de consumo, objeto do presente contrato, estão relacionados no **ANEXO I-A** do presente Termo de Referência e representam uma extração da tabela SINAPI dos que se estimam ser utilizados diante das necessidades impostas ao órgão apenas para efeito de apuração do valor por unidade ou metro quadrado.

**4.2.** O preço de referência presente na relação do **ANEXO I-A** corresponde ao preço máximo que a Administração aceitará como proposta, caso a mesma seja de desconto zero. Tal preço é resultante do acréscimo de 10% sobre os preços da tabela SINAPI.

**4.3.** Poderão ser solicitados materiais ao CONTRATADO que não estejam na relação, os quais serão precificados de acordo com este Termo de Referência, ou seja, preço SINAPI acrescido de 10% sobre os quais incidirá o desconto ofertado.

**4.4.** Caso não haja o material especificado no SINAPI será considerado o preço médio de três orçamentos coletados pela fiscalização no mercado local, acrescido de 10% sobre os quais incidirá o desconto ofertado.

**4.5.** Todos os materiais a serem entregues deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às normas relacionadas aos mesmos.

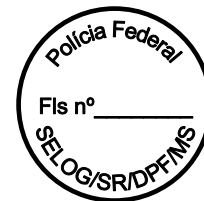
**4.6.** A entrega de qualquer material fica condicionada à apresentação deste à Fiscalização e sua respectiva aprovação.

**4.7.** No que couber, deverão ser apresentados, às expensas da CONTRATADA, amostras de produtos para aprovação por parte da Fiscalização.

**4.8.** A substituição de um produto especificado, por outro, deverá ser aprovada pela Fiscalização, conforme o critério de analogia.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**



**4.9.** O critério de analogia baseia-se no fato que dois materiais apresentam analogia total ou equivalência se desempenham idêntica função construtiva, e apresentam as mesmas características exigidas pelas especificações.

## **5 – ESPECIFICAÇÕES, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E ESTIMATIVAS DE CUSTO**

**5.1.** As especificações e características a serem observadas pelo CONTRATADO nos materiais relacionados no **ANEXO I-A** estão descritas no **ANEXO I-B**.

**5.2.** Os materiais que porventura sejam solicitados ao CONTRATADO e que não estejam previstos no presente termo terão como base as especificações contidas na tabela SINAPI e deverão ser previamente avaliados pelos fiscais do contrato.

## **6 – LOCAL DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** Todo o material constante deste termo de referência deverá ser entregue na sede da SR/DPF/MS, no endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79.110.503.

## **7 – VALORES DE REFERÊNCIA E ACEITABILIDADE**

**7.1.** O custo estimado do presente certame, e que será o máximo admitido em eventual contratação, foi fundamentado em tabela de preços praticados no mercado (Tabela SINAPI), conforme relação estimativa de itens constante no item 4, estando amparado pelo Decreto 3931/2001, e que serão os máximos admitidos para futura contratação, sobre os quais incidirá o desconto ofertado pelo licitante.

**7.2** O julgamento das propostas obedecerá ao critério (tipo) de MAIOR DESCONTO por item, sendo somente aceitas propostas com até duas casas decimais.

## **8 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO**

**8.1.** Os bens/serviços constantes deste Termo de Referência seguirão, obrigatoriamente, as especificações mínimas descritas, desconsiderando quaisquer diferenças mencionadas em outros pontos do ambiente do Pregão Eletrônico, de modo que o desrespeito a esta orientação resultará na não-aceitação da proposta da empresa classificada em primeiro lugar no certame.

**8.2.** Todos os materiais deverão ser entregues em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da nota de empenho.

**8.3.** As aquisições dos materiais serão realizadas parceladamente, conforme forem surgindo as necessidades de manutenção predial.

**8.4.** Os materiais a serem fornecidos, objeto deste pregão, deverão ser de primeira qualidade e aptos a atender as necessidades de uso que justificaram a contratação ora intentada.

## **9 - DA VIGÊNCIA**

**9.1.** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados da data da sua assinatura.

## **10 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1.** O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.

**10.2.** O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, em até o trigésimo (30º) dia da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pertinente, quando do recebimento definitivo do material, devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.

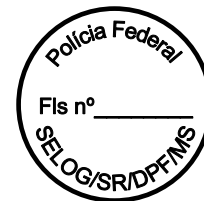
**10.3.** O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

**10.4.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

**10.5.** Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta "on line" ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**



**10.6.** Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

**10.7.** O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

**10.8.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

**10.9.** Na hipótese de irregularidade no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexo e rescisão do contrato.

**10.10.** Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

**10.11.** O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10.12.** A administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo fornecedor. O desconto de qualquer valor no pagamento devido será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

**10.13.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$
$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **11 - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO**

**11.1.** Acompanhar, fiscalizar e conferir o material entregue e os serviços prestados;

**11.2.** Proporcionar todas as facilidades para que os **FORNECEDORES** possam efetuar a entrega dos objetos dentro das normas estabelecidas na licitação;

**11.3.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos **FORNECEDORES**;

**11.4.** Notificar os **FORNECEDORES** das irregularidades observadas no cumprimento das obrigações advindas da execução do objeto desta licitação;

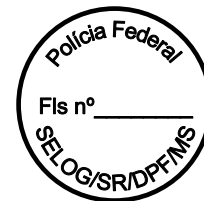
**11.5.** Efetuar os pagamentos devidos após o recebimento definitivo do objeto desta licitação a verificação da regularidade da nota fiscal, que será realizada pelo NEOF/SELOG/SR/DPF/MS.

## **12 - OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES**

Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, o fornecedor deverá obedecer às disposições do Anexo III – Direito e Obrigações do SRP, e ainda:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**  
**SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**



**12.1.** . Fornecer o objeto da contratação de acordo com o contratado, substituindo, em até 05(cinco) dias úteis, materiais recusados por defeito ou irregularidades;

**12.2.** Manter, durante a vigência da ata, as mesmas condições de habilitação e valores que ensejaram as aquisições.

**12.3.** Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento

**12.4.** Entregar os itens objeto desta licitação nas condições e prazos estabelecidos, exclusivamente, no Edital e Termo de Referência, desconsiderando quaisquer outras informações.

**12.5.** Ser responsável pelos danos causados diretamente a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a Fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

### **13. DAS PENALIDADES**

**13.1.** O atraso injustificado na execução da nota de empenho sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

**13.1.1.** Advertência por escrito;

**13.1.2.** Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da nota de empenho por dia de atraso;

**13.1.3.** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;

**13.1.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**13.1.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

**13.2.** A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

**13.2.1.** Advertência por escrito;

**13.2.2.** Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento).

**13.2.3.** Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

**13.2.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**13.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

**13.3.** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

**13.4.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

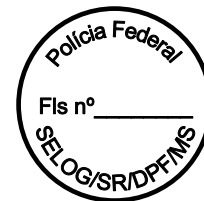
**13.4.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.4.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.5.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL**



**13.6.** A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**13.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Justiça.

**13.8.** As demais sanções são de competência exclusiva do Departamento de Polícia Federal.

#### **14 – DA FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** A fiscalização da aquisição e recebimento no fornecimento dos materiais ora licitados será exercida pelo Núcleo de Material da SR/DPF/MS e pelo servidor ou comissão designada pela SR/DPF/MS, conforme o caso, neste ato denominado FISCAL e GESTOR, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da realização do objeto da licitação, dando ciência de tudo aos fornecedores (Art. 67 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações) e Art. 6º do Decreto 2.271/97.

**14.2.** Caberá ao Fiscal rejeitar objeto entregue em desconformidade com as especificações previstas, registrando as ocorrências em livro próprio e informando imediatamente ao Setor Regional de Administração da SR/DPF/MS, sob pena de responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**14.3.** A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade dos fornecedores, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, entrega de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).

Campo Grande, MS, 26 de janeiro de 2011.

**FÁBIO NIMMER ASSAF  
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL  
ENGENHEIRO CIVIL – GETED-SR/DPF/MS**